

EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIAS NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS (1979 A 2019)

PHYSICAL EDUCATION AND DISABILITIES IN BRAZILIAN JOURNALS (FROM 1979 TO
2019)

Rodrigo Ribeiro Nascimento¹

<https://orcid.org/0000-0002-4220-5528>

Beatriz Gomes de Souza²

<https://orcid.org/0000-0001-9870-0192>

Neil Franco³

<https://orcid.org/0000-0002-1276-8901>

Resumo:

Esta investigação teve como foco compreender os significados atribuídos pela produção de conhecimento em Educação Física Escolar e deficiência, entre 1979 a 2019. É uma pesquisa de caráter bibliográfico e de abordagem quanti-qualitativa, pautada na correlação de fontes bibliográficas e documentais, estruturada em três etapas: uma de coleta de dados e duas correspondentes a categorização e análises. Nos 14 periódicos investigados, foram encontradas 325 publicações, sendo 212 enfocando o contexto não escolar, e 113, o contexto escolar. Para o contexto escolar, as discussões dão maior destaque para valores humanísticos e resguardam as subjetividades das pessoas com deficiência, diferentemente das discussões não educacionais, que são marcadas por características mais biológicas. De forma geral, concluímos que são poucos os trabalhos referentes à temática eleita neste estudo.

Palavras-chave: Deficiências; Educação Física Escolar; Estado da Arte.

Abstract:

This investigation focused on understanding the meanings attributed by knowledge production about scholar Physical Education and disability, from 1979 to 2019. It is a bibliographic research with a quantitative and qualitative approach, based on the correlation of bibliographic and documentary sources, structured in three steps: one for data collection and two for categorization and analysis. 325 publications were found in the 14 investigated journals, 212 of which focused

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professor de Educação Física na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais (MG). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Corpo, Culturas e Diferenças – GPCD, Juiz de Fora/MG, Brasil.

² Mestrado (em curso) em Educação, Especialista em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência, Licenciada e Bacharel em Educação Física pela UFJF. Professora da Educação Básica. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Corpo, Cultura e Diferença – GPCD, Juiz de Fora/MG, Brasil.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente da Faculdade de Educação Física e Desportos e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Corpo, Cultura e Diferença – GPCD, Juiz de Fora/MG, Brasil.

on non-school contexts, and 113, on school contexts. In relation to the school context, the discussions found gave greater emphasis to humanistic values and also tended to safeguard the subjectivities of people with disabilities, unlike non-educational discussions, which were marked by more biological and medical characteristics. In general, we conclude that there are few studies related to the theme chosen in this study.

Keywords: Disabilities; School Physical Education; State of Art.

Resumen:

Este estudio se centró en comprender los significados que atribuye la producción de conocimiento en Educación Física Escolar y la discapacidad, entre 1979 y 2019. Se trata de una investigación bibliográfica con enfoque cuantitativo y cualitativo, basada en la correlación de fuentes bibliográficas y documentales, estructurada en tres pasos: uno para la recopilación de datos y dos para la categorización y el análisis. En las 14 revistas investigadas se encontraron 325 publicaciones, 212 de las cuales se enfocaron en el contexto no escolar, y 113, en el contexto escolar. Para el campo educativo, las discusiones dan mayor énfasis a los valores humanísticos y salvaguardan las subjetividades de las personas con discapacidad, a diferencia de las discusiones no educativas, que están marcadas por características más biológicas y medicadas. En general, concluimos que existen pocos estudios relacionados con el tema elegido en este estudio.

Palabras clave: Deficiencias; Educación Física Escolar; Estado del Arte.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a educação tem sido marcada pelo desafio de promover a igualdade, questionar práticas homogeneizadoras e propor ações que problematizem as diferenças culturais e identitárias, que se manifestam em diversas questões referentes ao cotidiano escolar: étnicas, religiosas, de gênero, sexualidade, deficiências, entre outras (CANDAUI, 2011).

Ao considerar a importância em se lutar por uma educação inclusiva, pelo direito à igualdade, ao diálogo sobre as diferenças, à efetivação das políticas educacionais brasileiras e pela necessidade de (re)inventar, (re)significar e (re)construir padrões sociais intolerantes (FRANCO, 2016), destaca-se a temática do presente estudo: Deficiências, Educação e Educação Física Escolar (EFE).

Considerando que, desde meados do século XX, uma série de investimentos sociais e políticos no campo da inclusão, em contexto escolar, têm ocorrido e gerado estudos científicos, as inquietações deste trabalho norteiam-se em compreender quais aspectos e contextos da deficiência têm gerado interesse investigativo na área da EFE e o que tem sido divulgado em periódicos científicos que contemplam essa área de conhecimento.

Dessa maneira, o objetivo geral desta investigação é: identificar, compreender e problematizar os significados atribuídos pela produção de conhecimento, em periódicos brasileiros de referência para a área da Educação Física (EF), em relação às discussões referentes à temática “deficiências” no contexto escolar, entre o período de 1979 a 2019.

Este estudo divide-se em nove seções, que se iniciam na introdução. Na segunda seção, evidencia-se um breve referencial teórico sobre o tema; e, em seguida, na terceira, destaca-se a metodologia do estudo. Na quarta seção, são abordados os dados gerais da pesquisa, que geraram as informações específicas sobre o tema Deficiências e EF, ressaltando suas categorias e incidência no contexto não escolar e escolar.

Nas seções cinco, seis e sete, o foco são as relações do tema com a EFE. Com isso, iniciam-se as análises e as discussões do material levantado, pautado em referenciais bibliográficos e documentais. Destacam-se os aspectos que envolvem a cronologia das publicações nos periódicos, as incidências do tipo de deficiência e os focos de investigação em cada revista, as tendências investigativas desses estudos, no que se refere a tipos de abordagem investigativa, procedimentos de coleta de dados, sujeitos evidenciados nos estudos, contextos institucionais e níveis de ensino. Por último, na oitava seção, apresentamos e discutimos as incidências dessas investigações nas diferentes regiões do Brasil.

A seção nove corresponde a nossas conclusões, e finalizamos descrevendo as referências bibliográficas e documentais que sustentaram os estudos.

DEFICIÊNCIAS E EDUCAÇÃO FÍSICA: BREVES APONTAMENTOS

Skliar (1999, p. 18) esclarece que: “A deficiência não é um problema dos deficientes ou de suas famílias ou dos especialistas. A deficiência está relacionada com a própria ideia da normalidade e com sua historicidade.” Nesse trajeto, o autor destaca a necessidade de compreensão do “discurso da deficiência”, uma vez que este não identificará como objeto os sujeitos com deficiências, mas os processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulamentam as formas como os corpos e/ou a normalidade desses corpos são idealizadas, que ultrapassam as convicções fundamentadas na dimensão biológica.

A história das Pessoas com Deficiência (PCD) as mostra como sujeitos à margem da sociedade. Foram e ainda são apontados como incapazes e incompletos, por não se assemelharem à imagem do “homem-padrão” e, conseqüentemente, não atenderem ao que se espera ou ao que se exige socialmente do comportamento ideal de uma pessoa “normal”, dentro da perspectiva positivista de sujeito (CARMO, 2014; PEREIRA, 2009).

Em contrapartida, nos dias atuais, há avanços em relação aos direitos das PCD dos quais podemos traçar um recorte cronológico, que se inicia com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, firmada em 1948, até a Lei nº 13.409, de 2016, que dispõe, dentre tantas demandas, sobre a reserva de vagas para PCD nas instituições federais de ensino. Esses aparatos legais e outras normativas que foram criadas entre 1948 e 2016 primam pela consolidação de medidas de reconhecimento das PCD como sujeitos de direito (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948; BRASIL, 2016).

Pesquisadores/as de diversas áreas (PLATT, 1999; CIDADE, 2006; FREITAS; PEREIRA, 2009; CARMO, 2014) apontam que a sociedade tem uma grande responsabilidade em transformar as visões enraizadas em relação às PCD. É consenso na literatura que, até os dias atuais, geralmente, essas pessoas ainda são interpretadas como incapazes e/ou incompletas, mesmo que demonstrem o contrário. Em muitas situações, são vítimas do preconceito e da discriminação, cotidianamente.

Por outro viés, não podemos desconsiderar as lutas sociais em prol dessas pessoas, as políticas públicas existentes, os direitos conquistados em todo o mundo e os avanços ocorridos no campo científico. A sociedade tem a responsabilidade de transformar a imagem pejorativa, consolidada, em relação às PCD e potencializar as conquistas históricas dessa população como um incentivo à mudança (CARMO, 2014).

Através dessa breve contextualização, justifica-se a realização desta investigação. Esta pesquisa é um instrumento para instigar a sociedade a conhecer o que existe na literatura em relação às PCD e à EF, com destaque para o contexto escolar, campo que problematiza sobre o corpo, o movimento humano e suas implicações com os temas da cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992). E, dessa forma, pode-se estimular a sociedade para analisar, pensar e discutir a temática.

A próxima seção se destina à delimitação dos aspectos metodológicos da pesquisa.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma pesquisa indireta e de abordagem quanti-qualitativa e objetiva analisar como tem sido a discussão sobre deficiência e EFE, fundamentando-se na busca de estudos realizados e publicados em periódicos específicos da EF, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica e de caráter indireto. A pesquisa indireta se caracteriza pela utilização de informações, dados e conhecimentos oriundos apenas de materiais bibliográficos e documentais, criticamente analisados para a construção de uma síntese que contribua para o conhecimento e para as pesquisas da área (MATTOS, ROSETTO JUNIOR; RABINOVICH, 2008).

O estudo desenvolveu-se em duas etapas: uma de coleta de dados e outra correspondente às análises dos materiais levantados, sendo a primeira parte de abordagem quantitativa, e a segunda qualitativa buscando relações com marcadores históricos, sociais, culturais e legais. De acordo com Fabrício Gomes e Richard Araújo (2004), a pesquisa quali-quantitativa ou quanti-qualitativa emerge como um novo paradigma metodológico, pois pretende atender integralmente as necessidades dos/as pesquisadores/as, de modo que a dicotomia entre a perspectiva positivista e a interpretativa cede lugar para esse novo modelo alternativo.

Na etapa de coleta de dados, intencionou-se analisar periódicos brasileiros da área de EF, com ênfase nas dimensões escolar e não escolar, com destaque para a temática Deficiência e EFE, que disponibilizassem suas edições em formato eletrônico e que estivessem classificados e disponíveis na base de dados do site oficial da Capes. O fácil acesso e a visibilidade dessas fontes investigativas justificam a sua escolha como principal espaço de pesquisa.

A proposta foi de analisar os periódicos, desde suas primeiras edições, com a intenção de identificar estudos que priorizem a temática sobre Deficiência e EFE. Assim, o recorte temporal da pesquisa é delimitado entre o período de 1979 – em razão da criação da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) (a revista mais antiga eleita por esta investigação) – e o ano de 2019. O ano de 2009 demarca o período mínimo para criação dos periódicos investigados, uma vez que configura quase 10 anos de sua existência, período satisfatório para sua consolidação como espaço de produção de conhecimento.

Foram selecionados 14 periódicos, sendo eles dispostos em ordem cronológica de criação e instituição em que são sediados: RBCE (UnB, 1979), Revista Brasileira de Ciência e Movimento (RBCM) (UCB, 1987), Motrivivência (UFSC, 1988), Revista de Educação Física (REF/UEM) (UEM, 1989), Movimento (UFRGS, 1994), Motriz (UNESP, 1995), Revista Corpoconsciência (UFMT, 1997), Pensar a Prática (UFG, 1998), Conexões (UNICAMP, 1998), Caderno de EF e Esporte (CEFE) (UNIOESTE, 1999), Revista Mackenzie de EF e Esporte (UPM, 2002), Revista

Brasileira de EF e Esporte (RBEFE) (USP, 2004), Revista Arquivos em Movimento (UFRJ, 2005) e Caderno de Formação RBCE (CF/RBCE) (UnB, 2009).

O processo de busca do material consistiu-se em dois momentos. No primeiro, realizou-se o levantamento das publicações via leitura dos sumários de cada edição das revistas, disponíveis em suas plataformas. Tal procedimento justifica-se pelo fato de algumas revistas, em especial aquelas referentes à década de 1980, apresentarem suas primeiras edições no formato de arquivo em PDF único, impossibilitando o acesso aos dados por meio da ferramenta de busca (por descritores ou palavras chaves). Esses periódicos nos permitiram identificar um panorama de produções científicas sobre Deficiências e EFE, contando 113 publicações com a temática em questão.

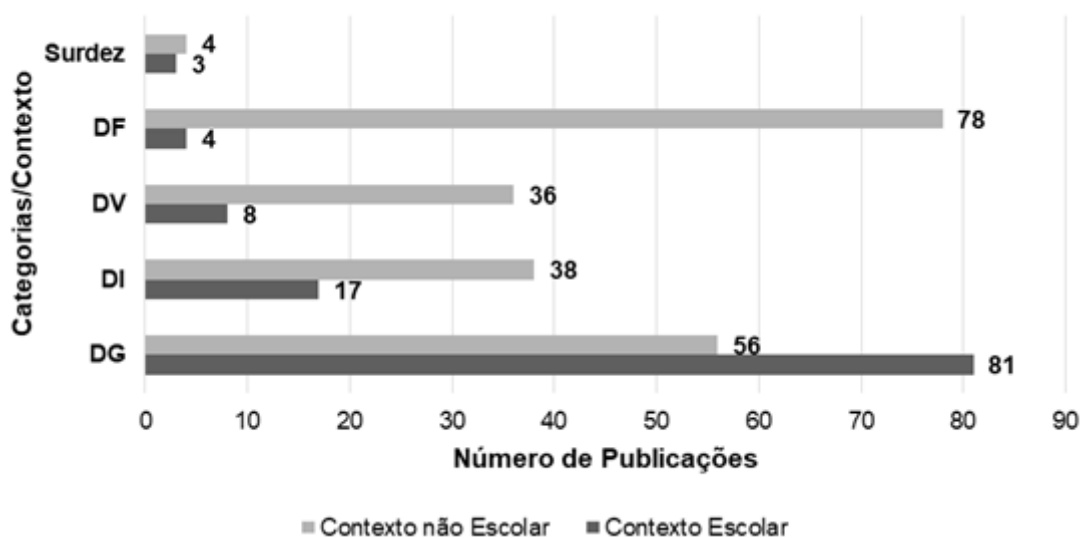
Na etapa de descrição, análise e discussão dos dados, houve dedicação à leitura cuidadosa e ao fichamento do material coletado, filtrando informações como instituição de origem dos/as pesquisadores/as, possíveis categorias, subcategorias, universo das pesquisas, lócus investigativos, regiões e metodologias. Do mesmo modo, foram levantados dados na tentativa de elencar os movimentos epistemológicos de constituição desse campo, destacando, assim: 1) os anos em que as publicações passaram a integrar o panorama investigativo dos periódicos e a relação com outros possíveis demarcadores teóricos e legais, por exemplo; 2) tipo de pesquisa (empírica e/ou bibliográficas) e 3) abordagens investigativas (qualitativa e/ou quantitativa).

Esses dados permitiram encontrar possíveis respostas para nossa questão central de pesquisa: quais os significados atribuídos pela produção de conhecimento, no que tange às discussões referentes à relação entre Deficiências e EF, tendo como lócus investigativo periódicos brasileiros de referência para a área da EF?

Considerando a amplitude dos dados levantados, cabe ressaltar que, para este estudo, o foco é voltarmos a descrições, análises e discussões do material referente ao contexto escolar. Para tanto, iniciaremos as contextualizações situando o/a leitor/a sobre o levantamento geral realizado nos 14 periódicos que foram divididos entre contexto não escolar e escolar.

O CONTEXTO GERAL DA PESQUISA

No contexto geral da pesquisa, foram encontradas 325 publicações, entre 1979 e 2019, nos 14 periódicos investigados. Dentre eles, 212 contemplam o contexto não escolar, e 113, o escolar. O gráfico 01 apresenta o panorama geral sobre o cenário bibliográfico brasileiro em relação à EF e as Deficiências, ao abordar as categorias, os contextos e os seus respectivos números de publicações.

Gráfico 1 - Relações categorias/contexto por número de publicações (325 publicações)

Fonte: Atores/as, 2022

Esse gráfico demonstra que a surdez é a deficiência menos pesquisada na área da EF, em ambos os contextos. Já na categoria Deficiência Física (DF), identifica-se um quantitativo expressivo de produções em contexto não escolar comparado ao escolar. Uma possível justificativa para essa constatação é de que a EF e a DF, em contexto não escolar, são afins e seguem vieses mais biológicos e menos humanísticos, por isso as discussões sobre as capacidades/aptidões físicas, técnicas e táticas dos corpos biológicos se destacam.

A categoria Deficiência Visual (DV) também tem um maior destaque no contexto não escolar, e, assim como a DF, evidencia-se forte ligação com Testes, Análises e Avaliações. Tal realidade pode ser compreendida sob a hipótese de que os sujeitos com DF e DV, geralmente, não manifestam acometimentos intelectuais e, de certa forma, apresentam maior autonomia para acessarem os recursos clínicos. Ao acessarem esses recursos, muitas das vezes acompanhados/as por profissionais das áreas de Fisioterapia e/ou EF, despertam e viabilizam o interesse de pesquisadores/as dessas áreas em construir campos de investigação.

O fato de essas deficiências, historicamente, mobilizarem seus/suas integrantes a se organizarem em forma de associações e fundações para lutarem por seus direitos de cidadãos, também parece estabelecer relação com a visibilidade desses sujeitos em estudos científicos.

A categoria Deficiência Intelectual (DI), assim como as anteriores, revela um maior número de produções em contexto não escolar, todavia também expressa uma crescente de produções em contexto escolar. Já a última categoria, Deficiência Geral (DG), revela um número significativo de produções, tanto em contexto não escolar como escolar, com um quantitativo superior para o campo educacional. Uma justificativa para esses dados é que as deficiências em ambiente escolar seguem uma ótica mais inclusiva, valorizando as subjetividades e as particularidades de cada sujeito e, por isso, as deficiências são menos contextualizadas por suas especificidades clínicas (CRESCENCIO; NASCIMENTO, 2018).

Como o foco deste estudo é descrever e problematizar os dados levantados na pesquisa referente ao contexto escolar, iniciaremos essa discussão detendo-nos aos dados quantitativos

elencados e suas possíveis implicações cronológicas relacionadas às fontes bibliográficas e documentais da área.

DEFICIÊNCIAS E EDUCAÇÃO FÍSICA: CRONOLOGIA DAS PUBLICAÇÕES

Considerando os 113 estudos, com enfoque no contexto escolar, o gráfico 02 apresenta o movimento cronológico dessas publicações levantadas nos 14 periódicos investigados. O panorama geral de publicações, por ano, indica picos de produções bibliográficas nos anos de 2004, 2013, 2018 e 2019.

Gráfico 2 - Publicações por ano



Fonte: Autores/as, 2022

A primeira publicação identificada nos periódicos investigados foi no ano de 1985, anterior à promulgação da Constituição da República de 1988 – um grande marco em relação aos direitos das PCD no Brasil e possível responsável por manter essas discussões em voga na década de 1990 (COPPETE; FLEURI; STOLTZ, 2012).

Contudo, nos periódicos analisados, no que se refere ao contexto escolar, esse movimento foi de forma tímida, uma vez que identificamos somente três estudos e em anos espaçados, respectivamente, 1992, 1999 e 2000. Justifica-se essa argumentação ao elencarmos os diversos avanços legais e voltados para a área da educação, que ocorreram nos anos de 1990. Em 1994, é proclamada a Declaração de Salamanca, um compromisso firmado por diversos países com a ‘Educação para Todos’ e o reconhecimento da necessidade de construir cenários educacionais inclusivos e ampliar a qualidade educacional para crianças e jovens no sistema regular de ensino (COPPETE; FLEURI; STOLTZ, 2012). Em 1996, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e, a partir dela, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da EF.

Parece-nos, contudo, que a criação dessas normativas passou a influenciar a produção de conhecimento sobre deficiências e EFE na década seguinte, e, por exemplo, em 2001, foi criado o Plano Nacional de Educação, reforçando a necessidade de garantia e de qualidade educacional para PCD (BRASIL, 2001). O gráfico 2 destaca uma frequência anual de publicações na área com

grande destaque para o ano de 2004 (10 publicações), em seguida, 2005 (com quatro artigos) e 2008 e 2010 (com cinco). Esse quantitativo, no final da década de 2000, coincide com dois eventos importantes em 2007: em Campinas-SP, o I Encontro Municipal ‘Nada Sobre Nós, Sem Nós’ e, em Petrolina-PE, a Semana Estadual da PCD, também inspirada no lema ‘Nada Sobre Nós, Sem Nós’ (SASSAKI, 2007).

Enquanto nos anos de 1990 o movimento cronológico das publicações se manifesta timidamente e, nos anos de 2000, evidenciam-se altos e baixos, na segunda década de 2000, os estudos alcançam índices bastante representativos, que, entre 2011 e 2019, variam entre 5 e 15 publicações por ano.

Nesse período, há uma efervescência legislativa positiva, como, por exemplo, a lei nº 12.622, de 8 de maio de 2012, que institui o Dia Nacional do Atleta Paralímpico (BRASIL, 2012). Nesse período, o Brasil discute e organiza amplamente a possibilidade de se tornar sede de eventos multiesportivos, dentre eles as Paraolimpíadas.

No ano de 2015, destaca-se a Lei Brasileira de Inclusão da PCD (Estatuto da PCD), e, em 2016, efetiva-se a Lei nº 13.409, que dispõe sobre a reserva de vagas para PCD nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2015; 2016). É importante ressaltar que, no ano de 2016, o Brasil também tornou-se sede das Paraolimpíadas, na cidade do Rio de Janeiro. Esses dois marcos legais e esse evento global podem ter influenciado, significativamente, para o notável crescimento das discussões envolvendo as PCD, em especial, a partir de 2016 até o ano de 2019. Contudo, para o contexto escolar, não parece um tema muito expressivo, como veremos nas designações das categorias de deficiências evidenciadas, assim como seus focos de discussão nas publicações.

DEFICIÊNCIAS E EDUCAÇÃO FÍSICA: CATEGORIAS E FOCO DE DISCUSSÃO

Diante das análises realizadas, serão apresentados a seguir os dados gerais referentes às publicações encontradas nos periódicos da área de EF, no período compreendido entre 1979 e 2019, com destaque para o contexto escolar. De acordo com o quadro 01, observa-se o quantitativo geral de publicações dividido por revistas e categorias identificadas.

Quadro 1 - Publicações por revista e categorias

Revistas	Deficiências					
	Surdez	DF	DV	DI	DG	Total
RBCE	0	0	2	3	7	12
RBCM	0	1	0	1	1	3
Motrivivência	0	0	0	0	4	4
REF/UEM	1	0	0	2	5	8
Movimento	1	1	1	4	17	24
Motriz	0	0	2	0	2	4
Corpoconsciência	0	0	0	1	1	2
Pensar a Prática	0	1	2	4	14	21
Conexões	0	0	1	2	18	21
CEFE	1	0	0	0	5	6
Mckenzie	0	0	0	0	2	2
RBEFE	0	1	0	0	3	4
Arquivos em Movimento	0	0	0	0	1	1
CF/RBCE	0	0	0	0	1	1
Total	3	4	8	17	81	113

Fonte: Autores/as, 2022

As revistas com menor número de publicações são Arquivos em Movimento e Revista Caderno de Formação RBCE, com apenas uma publicação cada, na categoria de DG. Adiante, com apenas duas publicações identificadas, destacam-se a revista Corpoconsciência – uma publicação em DI e uma em DG - e a revista Mackenzie – com duas publicações alocadas na categoria DG.

Com apenas três publicações, evidencia-se a revista RBCM, e com quatro produções, as revistas Motrivivência, Motriz e RBEFE. Na revista RBCM, há uma produção sobre DF, uma sobre DI e uma sobre DG. Na revista Motrivivência, as quatro publicações são sobre DG; na Motriz, há duas produções sobre DV e duas sobre DG; na RBEFE, encontram-se uma produção sobre DF e três sobre DG. A revista Caderno de EF e Esportes possui seis publicações, cinco delas tratam de DG e uma sobre surdez. E a revista REF/UEM possui oito produções, cinco delas também sobre DG, duas sobre DI e uma sobre surdez.

Com o maior número de produções, estão as revistas Movimento, Conexões, Pensar a Prática e RBCE. Constam-se 24 publicações na Movimento, 17 delas são sobre DG e quatro sobre DI; na Conexões apareceram 21 publicações, 18 sobre DG e duas referentes a DI; também com 21 produções na Pensar a Prática, 14 enfocando DG e duas DI. Na RBCE, foram identificadas 12 produções, sete sobre DG e três sobre DI. Dentre essas revistas, com maior número de publicações, apenas a Movimento possui uma produção sobre surdez.

As revistas com maior número de produções compreendem as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, as regiões Norte e Nordeste não figuram nesse grupo. É interessante reconhecer que a produção do conhecimento sobre deficiências e EFE está espalhada nas diferentes regiões do país, todavia em valores desiguais.

A revista RBCE é a mais antiga do grupo, com origem em 1979. Nela foi identificado um número significativo de produções (12), entretanto um número menor que as outras revistas originárias da década de 1990 (Movimento (22), Conexões (21) e Pensar a Prática (21)). Tal fato indica que o período cronológico de cada revista não justifica maiores ou menores produções.

É válido destacar que DG é a categoria com mais artigos identificados por esta pesquisa e também a única categoria com produções em todas as revistas. Além disso, quase todas as revistas apresentam um maior número de publicações na categoria DG, com exceção das revistas Corpoconsciência e Motriz, que expressam números iguais ao comparar a categoria DG a outras. Em nenhum caso, em nenhuma revista, a categoria DG revelou números menores de produções em comparação a outras categorias.

Partindo das categorias elencadas, o quadro 02 indica os focos de discussão dos artigos, o que nos permite identificar como a temática deficiência tem sido contextualizada como objeto de investigação a partir do olhar dos 14 periódicos investigados.

Quadro 2 - Categorias por deficiências

Categorias	Deficiências					
	Surdez	DF	DV	DI	DG	Total
Integração	-	-	-	01	-	01
Acessibilidade	-	01	-	-	-	01
Jogos e brincadeiras	01	-	-	-	-	01
Paraolimpíadas	-	-	-	-	01	01
Saúde Mental	-	-	-	-	01	01
Lutas	-	-	-	-	02	02
Educação de PCD	-	01	01	-	01	03
Esporte Adaptado e Atividade Física Adaptada	-	01	-	-	03	04
Revisão de Literatura	-	-	-	-	04	04
Testes e Avaliações	-	01	-	03	02	06
Formação Docente	01	-	-	-	27	28
Inclusão	01	-	07	13	40	61
Total	03	04	08	17	81	113

Fonte: Autores/as, 2022

Com exceção da DF, a temática da inclusão é prevalente nas discussões sobre deficiência no contexto escolar com índices mais representativos quando esse fenômeno é visto no sentido mais amplo (DG). Esses estudos levantam indícios da necessidade de proporcionar condições de acesso às PCD nas instituições escolares, e debates circundam tanto na discussão mais ampla do tema inclusão, como propõem suas interrelações com aspectos referentes à Síndrome de Down (SW), Transtorno Espectro Autista (TEA), dança, ginásticas, dentre outras.

A formação docente foi o segundo foco mais evidenciado contudo, de forma quase que prevalente na categoria DG, o que indica, como já apontado, que há uma tentativa de compreensão mais ampla sobre o fenômeno da deficiência no contexto escolar comparado às perspectivas não escolares. Tal fato se confirma na baixa incidência de estudos com foco em Testes e Avaliações.

Crescencio e Nascimento (2018) apontam que a prevalência de discussões bibliográficas sobre EF e deficiências, em contexto não escolar, é sobre as temáticas biológicas e resguarda Testes, Análises e Avaliações. Em um contraponto, esta pesquisa, que discute o contexto escolar, destaca a inclusão como a temática mais acionada nos trabalhos investigados, corroborando, assim, a revisão sistemática realizada por Oliveira, Nunes e Munster (2017), que confirmam uma predominância de estudos sobre inclusão em EFE.

Para Monteiro (2019), as discussões sobre inclusão fazem parte do bojo de debates sobre as relações humanas e sociais. Tal fato aponta para uma questão instigante: quais grupos e projetos políticos têm determinado e propagado uma dicotomia epistemológica entre EF não escolar e EFE

ao trato sobre as deficiências; entre as práticas pedagógicas do/a professor/a na escola e do/a profissional nas academias, nos clubes e na rua?

Adiante, serão destacadas as tendências investigativas sinalizadas pelos estudos eleitos para esta investigação, como veremos a seguir.

EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIAS: TENDÊNCIAS INVESTIGATIVAS

Em relação às tendências investigativas dos 113 estudos levantados na pesquisa, destaque-se, no Quadro 03, o quantitativo de tipos de pesquisas, sendo encontradas 83 publicações enquadradas em vertentes empíricas, ou seja, pesquisas de campo que entram em contato direto com os sujeitos investigados pela via de diferentes instrumentos de construção de dados: observação participante e não participante, entrevistas, questionários, etc. Trinta dos trabalhos se referem a estudos bibliográficos ou pesquisa indireta, como denominado por Mauro Mattos, Adriano Rosetto Junior e Shelly Rabinovich (2008).

Quadro 3 - Tipos de pesquisa

Pesquisa Empírica	Pesquisa Bibliográfica	Total
83	30	113

Fonte: Autores/as, 2022

De acordo com a revisão sistemática de Oliveira, Nunes e Munster (2017), realizada em Programas de Pós-Graduações no Brasil sobre EFE e inclusão, a maior parte dos trabalhos identificados também caracterizava-se como estudos de campo, e o público alvo, em sua maioria, compõe-se de docentes e discentes. Esse aspecto foi verificado nos 77 estudos levantados (42 referentes a docentes e 35 a discentes) nos 14 periódicos da EF, como descrito no Quadro 04, abaixo.

Quadro 4 - Sujeitos das pesquisas

Gestores	Família	Comunidade escolar	Discentes	Docentes	Total
1	3	5	35	42	86

Fonte: Autores/as, 2022

O quadro 04 apresenta o quantitativo de tipos de sujeitos mais pesquisados nos 83 estudos empíricos identificados nos periódicos. Como se pode observar, 42 pesquisas investigaram o corpo docente, com o intuito de compreender melhor o cenário educacional da PCD, desde temas relacionados à inclusão, como também à atuação e à formação de professores/as. Como segundo público mais evidenciado, em 35 estudos, destacou-se o corpo discente, enfocando temáticas envolvendo o processo inclusivo e/ou especializado, entre outros desdobramentos. Em seguida, houve 05 trabalhos com enfoque na comunidade escolar e não somente nos/as professores/as de EF e/ou a PCD, mas, também, em relação a direção, coordenadores/as, psicólogos/as e professores/as de outras áreas. Nessa mesma categoria, encontrou-se um trabalho que analisou o estabelecimento escolar e seu potencial de acessibilidade.

Ainda de acordo com o quadro 04, dois trabalhos encontram-se ao mesmo tempo inseridos na categoria docentes e família; um estudo insere-se também em duas categorias, discentes e docentes, elevando, assim, o quantitativo para um total de 86. E, por último, uma investigação, no

contexto não formal de educação, teve como público alvo os gestores da instituição Associação Cristã dos Moços.

No que se refere ao tipo de abordagens investigativas mais acionadas nos 113 estudos, a pesquisa qualitativa foi a mais evidenciada, em 85 artigos. Em seguida, a quali-quantitativa, em 18 trabalhos, e, por último, foram encontradas 10 publicações com abordagens quantitativas, demonstrando uma vertente mais humanística na amostra.

Quadro 5 - Abordagens de pesquisa

Qualitativa	Quanti-Qualitativa	Quantitativa	Total
85	18	10	113

Fonte: Autores/as, 2022

Dessa forma, os dados apresentados no quadro 05 levantam indícios de que os estudos relacionados à PCD, no contexto escolar, têm se preocupado com “[...] fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas reações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.” (GODOY, 1995, p. 21). Portanto, a abordagem qualitativa apresenta-se como uma importante estratégia de pesquisa para identificar, analisar e compreender os processos que ocorrem nos ambientes especializados e inclusivos de educação.

Os aspectos referentes aos contextos de ensino também foram evidenciados na investigação, como, por exemplo, buscou-se compreender se as instituições pertenciam à rede Regular ou Especializada e em quais níveis da Educação estavam inseridos. Conforme o Quadro 06, tem-se um cenário de onde as pesquisas foram mais realizadas.

Cinquenta e quatro dos estudos foram realizados no contexto regular de ensino, e em 30 não foi identificado o contexto. Onze das investigações aconteceram no contexto especializado, e 12, em ambos (regular e especializado). As classes especiais em escolas regulares foram foco de dois trabalhos, e outros dois realizados em Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Dois trabalhos foram originários de instituições sem vínculo direto com o sistema educacional de ensino, assim situados na educação não formal, que foram a Associação Cristã de Moços (ACM) e uma Companhia de Dança.

Quadro 6 - Contexto das investigações

Regular	Não identificado	Regular e Especializado	Especializado	Classes Especiais	Caps	ACM	Cia de Dança	Total
54	30	12	11	02	02	01	01	113

Fonte: Autores/as, 2022

Como descrito no Quadro 06, esse maior número de pesquisas no contexto regular de ensino provavelmente foi impulsionado pela demanda crescente de iniciativas pedagógicas voltadas para PCD, partindo, inclusive, de documentos oficiais que buscam uma perspectiva voltada para inclusão e educação para todos. Tal evidência corrobora os pressupostos adotados pela Declaração de Salamanca (1994), orientada pelo princípio de que as escolas deveriam acomodar todas as PCD, independentemente das condições físicas, mentais, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras.

Neste trajeto, destacamos também o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e estratégias para Educação em todos os âmbitos educacionais, de 2014 a 2024, e pretende universalizar, para PCD, acesso à educação básica e atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. E, ainda, esses indivíduos são motivados por políticas públicas, que vão além do acesso do/a aluno/a com deficiência na educação inclusiva e o torne eficaz e efetivo. “Há muitas discussões envolvendo a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular o que ainda é alvo de polêmicas entre pesquisadores/as, docentes e familiares que buscam uma melhor qualidade no ensino para essas pessoas.” (FARIAS, 2017, p. 09).

Partindo desses princípios, interessou-nos saber quais níveis de ensino foram mais destacados nos estudos levantados a partir dos 14 periódicos, o que gerou os dados apresentados no Quadro 07.

Quadro 7 - Níveis de ensino das investigações

Não identificado	Ensino Fundamental	Ensino Superior	Ensino Médio	Educação Infantil	Total
48	35	28	07	06	124

Fonte: Autores/as, 2022

O quadro 07 evidencia os níveis de ensino que foram envolvidos na pesquisa. Em 48 das publicações, não é identificado o nível de ensino, remetendo-se aos processos educacionais para PCD no contexto mais amplo. Para aqueles estudos nos quais identificamos os níveis de ensino, destacam-se o ensino fundamental (35), seguido do superior (28). O ensino superior enfoca pesquisas relacionadas à formação e à atuação docente frente ao contexto inclusivo, e o Fundamental, por sua vez, trabalha com docentes e discentes da educação básica das séries correspondentes. Menores índices são identificados para o ensino médio (07) e para a educação infantil (06), considerando que, com foco específico no ensino médio, nenhuma investigação foi destacada.

Contudo, cabe ressaltar algumas especificidades desses dados. Seis estudos abrangem o ensino médio e o fundamental; quatro, a educação infantil e o ensino fundamental; um, o ensino médio e superior, e outro, o ensino fundamental e o superior. Com isso, as indicações no quadro 07 ultrapassam o quantitativo dos artigos levantados, 113.

O número mais elevado de pesquisas com o nível de educação não identificado pode indicar que os/as pesquisadores/as estejam interessados/as, como dito anteriormente, no contexto amplo da PCD. Ou seja, independente da etapa de ensino, o objetivo central dos estudos tem sido compreender as desigualdades, realizar indagações e reflexões e desconstruir paradigmas e estigmas. Dessa forma, os/as autores/as intentam denunciar as demandas presentes no dia a dia das PCD, para que esses sujeitos tenham liberdade de exercerem seus direitos sociais e educacionais, em igualdade.

Em relação às pesquisas no ensino superior enfocando docentes e universitários/as em fase de formação inicial e/ou continuada, pode ser justificado, segundo Cunha e Ribeiro (2015, p. 3108), pela “[...] insuficiente coletividade na construção e abordagens dos conteúdos relacionados à educação inclusiva e as deficiências nos cursos de EF [...]”, representada, como aponta Nunes (2019), por suas fragilidades curriculares nessa área de conhecimento. Desse modo, não responde

de forma efetiva e eficaz às demandas da educação especial, instigando, assim, o interesse de muitos pesquisadores da área.

No entanto, o maior número de estudos realizados com foco em estudantes no ensino fundamental pode ter relação com o quantitativo de alunos/as com deficiência matriculados/as nessa etapa de ensino. Segundo o Senso da Educação Básica de 2019, o número de matriculados na Educação Infantil é de 107.995, no ensino fundamental, é 885.761 e, no ensino médio, 126.029. Esses dados se relacionam diretamente com aqueles apresentados no Quadro 07, que exalta estudos no ensino fundamental e evidencia mínimos investimentos teóricos para o ensino médio e para a educação infantil.

Ademais dessa disparidade em relação aos níveis de ensino, tal fenômeno também acontece ao verificarmos quais regiões do país têm se dedicado a esse campo de estudo.

EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIAS NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Nessa sessão, serão apresentados os dados pertinentes às publicações identificadas, as quais serão analisadas nos 14 periódicos da área de EF, por regiões, demonstrando, assim, a discrepância de estudos relativos às respectivas regiões do Brasil, como se pode observar no quadro 08, abaixo.

Quadro 8 - Publicações por regiões do Brasil

Sudeste	Sul	Nordeste	Centro Oeste	Norte	Todas Regiões	Exterior	Não Identificado	Estudos Bibliográficos	Total
44	30	04	03	-	03	03	4	22	113

Fonte: Autores/as, 2022

De acordo com os dados acima, as regiões que apresentam maior número de publicações são as regiões Sudeste e Sul, com 44 e 30 publicações respectivamente. Adiante, apresentam-se 22 trabalhos como estudos bibliográficos, que se orientam a partir de artigos, documentos e dados da literatura da área, portanto sem referências a regiões. Em seguida, têm-se 04 investigações empíricas, nas quais as regiões não foram citadas, 03 referentes a todas as regiões, 04 referentes à região Nordeste, 03 vinculadas ao exterior, 03, ao Centro-Oeste, e nenhuma publicação fez referência à região Norte do Brasil.

As regiões com maior número de publicações, Sudeste e Sul, apresentam Instituições de Ensino Superior com Núcleos de Estudos e/ou apoio relacionado à deficiência, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Núcleo de Acessibilidade às PCD da Unicamp, a Universidade Federal de São Carlos, com Núcleo de Estudos em Atividade Física Adaptada – NEAFA, ambas da região Sudeste. Destaca-se, também, a Universidade Federal do Paraná com o NAPNE – Núcleo de apoio às pessoas com necessidades especiais – e a Universidade Federal de Santa Catarina com o NED – Núcleo de Estudos sobre Deficiência, ambas sediadas na região Sul do país.

Corroborando os dados evidenciados, Bueno (2002) apontou que, a partir da iniciativa de um grupo de professores/as ligados/as à área da educação especial, com apoio do Ministério da Educação e por intermédio da Secretaria de Educação Especial, foi criado o Fórum Nacional de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior, e, no ano de 1998, foi realizado o II Fórum Nacional, em Campo Grande, onde, “[...] representantes de todas as regiões brasileiras aprovaram

a realização de uma pesquisa de coleta de dados sobre iniciativas das universidades brasileiras referentes à educação especial, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.” (BUENO, 2002, p. 13).

Diante disso, foram enviados formulários para coleta de dados a 92 instituições de ensino superior brasileiras, desse número total, 58 instituições, ou seja, 63% da mostra, responderam e reenviaram os questionários aos pesquisadores, resultando em um quantitativo de formulários respondidos por região. O maior número proveio do Sudeste (21 – 36,2%), seguido pela Região Sul (15 – 25,9%) e Nordeste (13 – 22,4%) e das Norte e Centro-Oeste, apresentando números inferiores a 5 e 4, respectivamente (BUENO, 2002).

Comparado ao levantamento apresentado em nosso estudo, uma pequena divergência foi evidenciada em relação à região Norte, que, na pesquisa supracitada, apresentou um quantitativo, mesmo que baixo, enquanto que no presente trabalho foi inexistente (BUENO, 2002). Dessa forma, entender de forma mais precisa o que tem sido produzido nas regiões Centro-Oeste e Norte do país em relação à EFE e Deficiências parece um campo aberto. O que estaria em jogo nessa baixa incidência de investigações nessas regiões? A falta de recursos financeiros voltados para iniciativas de atendimento à PCD em saúde, educação e outras áreas? A restrição de instituições educacionais que focam nessas áreas de atuação e estudo?

Respostas a essas questões necessitam de outros aprofundamentos que, conseqüentemente, exaltam as limitações desta pesquisa. Outras fontes precisam ser levantadas e contextualizadas, pois, dentro de uma infinidade de periódicos brasileiros, o foco deste trabalho foram 14 específicos da área de EF, o que realça que as evidências apontadas se tratam de “indícios”. Há outras áreas a serem consultadas como, por exemplo, periódicos voltados à educação especial, ou, ainda, resumos e trabalhos completos publicados em anais de eventos das áreas de Educação e EF. Com isso, abre-se à nossa frente um longo e largo caminho investigativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos propostos inicialmente de investigar, identificar, compreender e problematizar os significados atribuídos pela produção de conhecimento em 14 periódicos brasileiros de referência para a área da EF, em relação às discussões referentes à temática Deficiências no contexto escolar, entre o período de 1979 e 2019, tecem-se algumas considerações.

Das 235 publicações sobre deficiência contabilizadas nos periódicos, entre os anos de 1979 a 2019, 113 estudos evidenciaram o contexto escolar. Dos 113 trabalhos voltados para esse contexto, em sua maioria, houve enfoque para a deficiência no contexto mais amplo, ou, como descrito por nós, Deficiência Geral (DG). O maior número de publicações de artigos concentrou-se nas revistas Movimento, Conexões e Pensar a Prática, com suas sedes, respectivamente, situadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Referente ao local de pesquisa, as regiões que mais se destacaram foram Sudeste e Sul, com pesquisadores/as oriundos/as de Universidades como Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Maringá, Universidade Federal de Santa Catarina, entre outras.

Os tipos de pesquisa são, principalmente, advindos de fontes empíricas e de abordagem qualitativa, voltados para inclusão de discentes com deficiência no contexto regular de ensino e formação docente. Não foi possível identificar o nível de ensino na grande maioria dos

artigos encontrados, e, em seguida, destacam-se investigações sobre o ensino fundamental e o superior.

Em suma, os resultados indicam a ausência de trabalhos com temáticas voltadas para a surdez, DF e DI, assim como de pesquisadores/as e lócus de pesquisa situadas, principalmente, nas regiões Centro-Oeste e Norte. Além disso, em relação às etapas de ensino, encontramos poucas pesquisas que enfocassem a Educação Infantil e o Ensino Médio e, ainda, trabalhos que estabelecessem relações entre os contextos regular e especializado.

Conclui-se que são poucos os trabalhos referentes à temática eleita neste estudo, principalmente no que tange às questões relacionadas a acesso, permanência, inclusão e qualidade de ensino das PCD no contexto escolar, no contexto mais amplo. Dessa forma, questionamentos nesse âmbito ainda estão longe de serem respondidos, portanto sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas até que as demandas referentes a esse público sejam contempladas.

Por fim, cabe ressaltar que o foco investigativo do presente trabalho foram 14 periódicos da área de EF, então o que é apresentado sobre as regiões refere-se a esse recorte. Para confirmações mais concretas dessas impressões, seria necessário investigar outros periódicos, assim como ampliar as bases de coleta de dados, como, por exemplo, investigar anais de eventos científicos da área da EF. Essas são perspectivas futuras e, também, um caminho que se abre também para outros/as pesquisadores/as interessados no tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan. 2001.

BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.622, de 8 de maio de 2012. Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 mai. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **D. O. U.**, Brasília, DF, 28 dez. 2016.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2002. 136 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002309.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem fronteiras**, Lisboa; Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://saopauloopentcentre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/candau.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CARMO, Apolonio Abadio do. “Deficiente” História dos Deficientes. In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). **Espportes e Atividades Físicas Inclusivas**. 2.ed. Juiz de Fora, MG: NGIME/UFJF, 2014. p. 74-94. 4 v.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. A Construção Social da Deficiência e do Deficiente: uma breve incursão. In: RODRIGUES, David (Org.). **Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo, SP: Artes Médicas, 2006. p. 17-27.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

COPPETE, Maria Conceição; FLEURI, Reinaldo Matias; STOLTZ, Tania. A educação intercultural frente ao princípio constitucional da não discriminação: uma questão de direitos humanos. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 281-302, jan./dez. 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3408>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CUNHA, André Luis da; RIBEIRO, Sônia Maria. Contribuições do Currículo da Formação Inicial do Professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Educere, 2015. p. 3108-3123. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18612_7917.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de. **A inclusão de pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais no ensino regular: vozes e significados**. 2017. 150 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1236/1/Elizabeth%20Regina%20S%20Farias.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FRANCO, Neil de Almeida. Educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 47-66, 2016.

CRESCENCIO, Fernando Araújo; NASCIMENTO, Rodrigo Ribeiro. **Educação Física e deficiências nos periódicos brasileiros (1979 a 2017): um olhar sobre o contexto não escolar**. Orientador: Neil Franco Pereira de Almeida. 2018. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

FREITAS, Patrícia Silvestre. Deficiência e processo civilizatório: uma perspectiva histórica. In: OLIVEIRA, Valéria Manna; DECHICHI, Claudia (Org.). **Educação especial e educação física: saberes e práticas**. Uberlândia (MG): CRB, 2009. p. 85-94.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GOMES, Fabrício Pereira; ARAUJO, Richard Medeiros. PESQUISA QUANTI-QUALITATIVA EM ADMINISTRAÇÃO: uma visão holística do objeto em estudo. Rumos (João Pessoa), João Pessoa - Paraíba, v. 1, n.2, p. 149-161, 2004.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETTO JÚNIOR, Adriano José; RABINOVICH, Shelly Blecher. Metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigos e projetos. 3 ed. São Paulo (SP): Phorte; 2008.

MONTEIRO, Sandrelena da Silva. Diferenças, alteridade e construção de valores inclusivos. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 67, p. 87-103, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/7028/pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

NUNES, Jacqueline da Silva. **Formação de Professores de Educação Física para Educação Inclusiva: práticas corporais para crianças autistas**. 2019. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1134/1/JacquelinedaSilvaNunes.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

OLIVEIRA, Patrícia Santos de; NUNES, João Paulo da Silva; MUNSTER, Mey de Abreu van. Educação Física Escolar e Inclusão: uma revisão sistemática da produção discente na pós-graduação brasileira. **Praxis Educativa**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 570-590, 2017. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.12i2.0016>. Acesso em: 28 nov. 2022.

PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. **Hist. cienc. Saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 715-728, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n3/09.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

PLATT, Adreana Dulcina. Uma Contribuição Histórico Filosófica: para a análise do conceito de deficiência. **Pont. Vista**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 71-80, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1523>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Rev. Nac. Reabil.**, São Paulo, ano X, n. 58, p. 20-30, set./out. 2007. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55373/33644>. Acesso em: 28 nov. 2022.

Recebido em: 29 de novembro de 2022

Aprovado em: 14 de março de 2023